

O drama dos índios da América

(SEGUNDO DIA DO CONGRESSO INDIGENISTA.)

De Décio Pedrosa, enviado especial.

Quem não tinha nada para dizer de positivo sobre o que seu país está realizando em defesa dos indígenas, aproveitou para atacar a atuação dos seus governos anteriores. Mas também aproveitou para fazer longas exposições dos "planos indigenistas" dos "governos revolucionários". Este foi o segundo dia do VII Congresso Indigenista Interamericano, que se realiza em Brasília.

Os delegados do Chile, México, Equador, Panamá, Bolívia, Guatemala, Espanha e Canadá apresentaram seus relatórios nacionais: uma lista das atividades indigenistas desenvolvidas em seus países. O Brasil também apresentou seu relatório, mas foi destacado, ontem, apenas o aspecto médico-sanitário que vem sendo desenvolvido pela Funai e pela Faculdade Paulista de Medicina, junto aos índios.

CHILE

Os mapuches constituem o grupo indígena mais importante do Chile: são entre 750 e 800 mil indivíduos. Cerca de 600 mil vivem nas áreas rurais. Seu principal problema é a marginalidade causada pela falta de acesso ao progresso, ao crédito, à saúde etc. Há mais de 90 anos que uma série de medidas legais vêm prejudicando seriamente os mapuches. Eles foram erradicados, foram restritos a pequenas áreas, localizados em terras ruins. Suas terras foram sempre usurpadas a qualquer pretexto, e a usurpação ainda era feita sob o manto da lei. Os indígenas não estão reclamando terras, estão apenas exigindo aquilo que lhes pertencia, que eles tinham registradas em seus nomes, mas que perderam por causa das restrições que lhes foram impostas. Quem diz tudo isso é Daniel Colompin Quilaqueo, chefe da delegação chilena.

Se perecerem os costumes, as tradições, a língua e a religião de uma raça, também esta raça acabará por perecer. Os mapuches são uma raça que não deve desaparecer. Eles querem continuar pobres como são, sem nada exigir para si, apenas desejam que seus filhos estudem um pouco, que tenham acesso a cursos técnicos e secundários.

Depois de enumerar uma longa lista de críticas à política indigenista anterior, que, segundo ele, permitiu a usurpação legalizada das terras dos mapuches, o delegado chileno falou das intenções do atual governo:

A situação, deverá ser modificada. As propriedades e a cultura, língua, tradições, etc dos mapuches serão preservadas. O governo dará direito de representação aos mapuches em quaisquer comissões que tratem de assuntos dos quais eles sejam interessados. Eles estão representados nas comissões de reforma agrária e nas comissões camponesas, por exemplo. Acho que a restituição das terras não resolverá os problemas dos mapuches, mas acredito que ela dê aos indígenas uma satisfação espiritual e uma segurança muito importante. Por isso, ela deverá ser realizada pelo nosso governo.

O delegado chileno considera a discriminação racial um fato grave, que não pode ser ignorado. A discriminação existe nas próprias organizações indigenistas e até entre as pessoas que lidam com os índios: "Acredito que, com o aculturamento e a melhoria das condições econômicas dos indígenas, aos poucos desaparecerá a discriminação".

O ÍNDIO, EM 67 ARTIGOS.

O Estatuto do índio deverá ser apresentado na próxima semana à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, pelo deputado Célio Borja. Depois de muita discussão (este é o terceiro projeto apresentado à Câmara), o Estatuto foi reduzido a 67 artigos, e contém sete títulos: Princípios e definições; Direitos Cívicos e políticos; Das terras indígenas; Do patrimônio indígena; Da educação e cultura; Das normas penais e definições gerais. O primeiro ante-projeto, do jurista Temístocles Cavalcanti, foi rejeitado pela Câmara no ano passado; logo depois foi rejeitado também um substituto feito pela Funai.

MARGINALIZAÇÃO

A doutora Marcia Arosemena, chefe da delegação do Panamá, iniciou seu relatório com uma séria crítica à situação dos índios em seu país:

O índio panamenho está marginalizado. E o que é pior, ele aceita esse estado de marginalização. Acho que os grupos indígenas precisam se organizar politicamente, participar da vida política do país, para poderem reivindicar seus direitos. Mas, para isso, é preciso a educação do indígena, o que nunca funcionou em meu país. Agora vamos enfrentar mais um problema, o da construção de estradas que vão atravessar territórios dos indígenas: a transmericana (que vai atravessar o Panamá e ligá-lo à Colômbia) e a transistmo (que unirá o Atlântico ao Pacífico).

Hugo Garcez Paz fez um relato da situação do indígena em seu país, o Equador, sem criticar os governos anteriores, porém exaltando os planos do seu "governo revolucionário".

Nossos grupos indígenas diferem uns dos outros, têm características próprias e peculiares. Nosso governo vê o problema sob este aspecto: cada grupo deverá merecer um tratamento especial. Teremos sérios problemas por causa do petróleo, pois sua exploração exige movimentos migratórios dentro do país — e o indígena sofrerá, necessariamente, suas influências. Já temos uma lei que obriga que o trabalho agrícola seja remunerado em dinheiro e não em víveres, objetos, ou em troca do uso da terra ou de suas águas. Esta lei impede a exploração do índio.

O dr. Amaury Sadock de Freitas, diretor do Departamento Geral de Assistência da Funai, e o dr. Robert Baruzzi, da Escola Paulista de Medicina, apresentaram um relatório sobre a situação médico-sanitária do índio brasileiro.

Os problemas de saúde das populações indígenas brasileiras são comuns a todas as tribos: a incidência de doenças transmissíveis, ou evitáveis, como o sarampo, difteria, gripe e também a tuberculose pulmonar. Além dessas temos as endemias rurais, como a malária. Entre as causas está a pouca resistência das populações indígenas as moléstias levadas pelo homem branco que com elas contacta. O problema se agrava porque os indígenas desconhecem hábitos higiênicos — diz o dr. Sadock.

— Pretendemos estabelecer um sistema de imunização sistemática de toda a população indígena, contra moléstias evitáveis, como a paralisia infantil, febre tifóide, gripe, tétano, etc. Estamos implantando o saneamento básico nos postos e aldeias (preservação das fontes de abastecimento de água, localização dos dejetos, etc.). Posso afirmar que possuímos alguns postos e aldeias de índios com rede de abastecimento de água domiciliar. Nós nos preocupamos também com a higiene individual e coletiva e com o controle dos contactos de índios com brancos. Estamos desenvolvendo um trabalho de orientação e motivação, para que o maior número possível de elementos das próprias tribos auxiliem na educação sanitária dos demais. Desenvolvemos um trabalho inédito de odontologia sanitária para escolares e gestantes.

Mas os recursos hospitalares citados pelo dr. Sadock, de que a Funai dispõe para tratar a população indigena, são praticamente nulos: um hospital na ilha do Bananal e uma chácara para tuberculosos em Cuiabá.

A grande novidade, em relação aos ante-projetos recusados, foi introduzida no capítulo referente às terras indígenas: a possibilidade de criação de um território federal indígena, que será a unidade administrativa subordinada à União, instituída numa região em que pelo menos um terço da população seja formada por índios. O Estatuto estabelece que os índios terão posse permanente das terras que habitam e o direito do usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades nelas existentes. O Estatuto prevê também a intervenção nas terras indígenas, mas apenas em condições especiais.



R. Antonio Lema fez cursos universitários no Equador e nos Estados Unidos, e sentiu-se discriminado nos dois países: ele faz questão de usar as roupas tradicionais dos índios equatorianos. Descendente dos incas, ele critica a destinação de poucas verbas aos índios e elogia a ajuda de organizações religiosas.

O DELEGADO DO EQUADOR FALA DOS ÍNDIOS DE SUA TERRA. FALA DE SEUS PAIS, POR EXEMPLO.

O primeiro índio equatoriano a chegar a uma universidade é um descendente dos incas: R. Antonio Lema, 28 anos de idade delegado do Equador no VII Congresso Indigenista Interamericano. Este é seu depoimento.

"Não tenho tribo. Faço parte de uma cultura que desce diretamente dos incas. Minhas origens são consideradas humildes, nos padrões brancos, porque meus pais são artesãos. Com grandes dificuldades minha família conseguiu proporcionar um curso secundário ao meu irmão mais velho. A partir daí, a nossa renda familiar aumentou mais um pouco e eu pude ir além do secundário: fui o primeiro indígena equatoriano a cursar uma universidade.

Um índio na universidade é uma experiência terrível. Terrível para o índio. É claro. Sofri muitas discriminações por parte dos brancos, mas nunca deixei de lado a minha condição de inca, a minha condição de indígena. Apresentava-me à faculdade com meus trajés típicos, apesar das brincadeiras aborrecidas e das palavras mal educadas que era obrigado a ouvir diariamente.

O começo de qualquer coisa sempre é o mais difícil. Não gostava da atitude de meus colegas de aula: não queriam sentar-se ao meu lado. Ninguém falava comigo. Entretanto, o tempo foi passando e aconteceram duas coisas: eu comecei a sentir menos a discriminação, e meus colegas aproximaram-se mais de mim.

Cursei a universidade de Quito durante quase quatro anos, desde 1964 até 1968. Terminando o curso universitário submeti-me a um concurso e ganhei uma bolsa de estudos para os Estados Unidos, para a St. Louis University, Missouri.

Nos Estados Unidos também senti a discriminação e

também tive de suportar as brincadeiras de mau gosto por causa de meus trajés, mas, apesar disso, fiz questão de usá-los, todos os dias, durante os primeiros seis meses em St. Louis. Desta vez senti menos a discriminação, não porque ela tivesse diminuído ou tivesse mudado de nível, mas porque eu já era mais velho.

Durante toda a minha vida de estudante permaneci inca e assim permanecerei sempre.

Atualmente, minhas atividades estão muito ligadas ao indigenismo em minha terra. Estamos organizando o Congresso Nacional dos indígenas do Equador e sou o secretário do Congresso. Nosso lema é "rinancunap ricchirimui", que quer dizer "o despertador do índio equatoriano". Também exerço a função de presidente de uma cooperativa indígena. As organizações às quais pertenço recebem algum auxílio do governo do Equador e de alguns religiosos católicos. Estes religiosos têm uma posição bastante lúcida sobre indígenas.

Na prática, pouco ou nada se tem feito pelo indígena sul-americano. Quando se fala em ajudar os índios, sempre se fala também nas limitações impostas pelas verbas restritas. Por que não há verbas? Parece-me que os governos sul-americanos gastam mais que deveriam com seus militares. Se houvesse menos militares, talvez houvessem mais dinheiro para os índios. Os países sempre aham muito importante renovarem seus equipamentos bélicos. Depois, um país sempre quer competir com o outro nesse campo. E tudo isto acaba por consumir grandes recursos.

Em termos indígenas, acho que seria muito bom se fosse possível que todos os países latino-americanos abolissem suas fronteiras e passassem a formar uma grande nação, uma única nação.